



## **RACISMO E TERRITÓRIO: UM CORPO QUE TRANSITA COMO ALVO**

### ***RACISM AND TERRITORY: A BODY THAT TRANSITS AS A TARGET***

Tatiane de Menezes Bezerra<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objeto geral a problematização da segregação espacial baseada no racismo. Apresenta como objetivo a racialização do debate acerca do território e do direito à cidade, a partir da análise do racismo estrutural através da ocupação dos corpos não brancos nos espaços historicamente criados como lugar do negro. Usa como metodologia a análise de fontes jornalísticas como *G1* e *Portal R7* e bibliográfica a partir autores como Magali Almeida, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Silvio de Almeida que denunciam o racismo estrutural brasileiro e seus efeitos institucionais e na racialização dos territórios, neste trabalho esses processos são vistos, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Território. Racismo. Necropolítica.

#### **ABSTRACT**

This paper has as its general object the problematization of spatial segregation based on racism. I intend look to the racialization of the debate about territory and the right to the city, from the analysis of structural racism through the occupation of non-white bodies in spaces historically created as the place of the black. The methodology is the the analysis of journalistic sources such as *G1*, *Portal R7* and bibliographical analysis of authors such as Magali Almeida, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Silvio de Almeida who denounce the Brazilian structural racism and its institutional effects, and racialization of the territories, in the presente work this process can be seen, especially, in the city of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Territory. Racism. Necropolitics.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objeto geral a problematização da segregação espacial. E como objetivos específicos, a racialização do debate acerca de território, do direito à cidade e a análise do racismo estrutural através da ocupação destes corpos não-brancos nos espaços historicamente criados como

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de fora - MG (UFJF) – menezes.taty@gmail.com



lugar do negro. Usa como metodologia a análise bibliográfica a partir das pesquisas de Magali Almeida, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Silvio de Almeida e outros autores que denunciam o racismo estrutural brasileiro e seus efeitos institucionais e no cotidiano.

A compreensão de quais corpos ocupam os espaços territoriais precarizados e quais ocupam espaços privilegiados expressam as contradições de um país rico. Com a distribuição desigual das terras e riquezas, faço um breve retorno à história da formação do Brasil e avanço até a urbanização e desenvolvimento das cidades, caminhando até a contemporaneidade para demonstrar de forma sucinta como corpos não-brancos são vistos nas zonas urbanas e rurais, reforçando o debate que Clóvis Moura nos traz acerca da classificação do negro de “bom escravo a mau cidadão?”. Sendo ampliado o debate para ideia dos povos originários de “bom índio a mau cidadão?”, aqui utilizo a nomenclatura de “índio” reforçando o ideal do senso comum de um erro histórico dos portugueses por acharem que tinham atracado em terras indianas e na limitação da redução de diversas etnias como se as mesmas fossem homogêneas.

Neste artigo tenciono analisar de que forma estas populações marginalizadas estão distribuídas e de que forma os descendentes dos africanos e indígenas são vistos na contemporaneidade. E juntamente em como é realizada a leitura destes corpos que transitam nos territórios nesta relação histórica de tensão entre o ideal branco, na formação das cidades e na figura daquele que pela classe dominante pode ser denominado como cidadão, orquestrada pelo racismo estrutural. Desenvolvo um debate acerca das relações estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, delimitando a pensar na favela como ancestralidade da terra. Mas é necessário o entendimento que a forma como estes corpos são vistos e os territórios são divididos terá diversas facetas nas demais cidades do país, embora não seja algo exclusivo da presente cidade citada – Rio de Janeiro (RJ).

## **2. FORMAÇÃO DO BRASIL: HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NÃO-BRANCA**



Importante iniciar o debate acerca da formação do Brasil lembrando o passado escravista recente, trazendo à memória que o país foi último a abolir a escravidão (1888), período com duração aproximada de trezentos e trinta e nove anos. A colonização que emergiu aqui foi a portuguesa cujos colonizadores eram criminosos e/ou aventureiros. Nos relatos históricos pode-se verificar que havia uma relação brutal e patriarcal na dominação dos corpos das mulheres indígenas e africanas, juntamente na relação da mais alta desumanização na exploração da mão de obra de homens e mulheres africanos e juntamente na dizimação destes dois povos. O país se gestou no estupro e no sangue dos não-brancos. Referente à imersão no mundo capitalista, o Brasil caminhava a passos lentos, conforme nos diz o autor Abdias Nascimento, pois no país o trabalho livre caminhava ao lado do trabalho cuja mão de obra era escravizada. O autor nos traz como exemplo a relação comercial estabelecida com a Inglaterra através da produção de algodão com mão de obra de escravizados, em que a mercadoria era enviada para as fábricas têxteis inglesas. Segue suas palavras:

As fábricas têxteis da Inglaterra demandavam sempre mais e mais algodão, e o grande produtor dessa matéria-prima foi a província do Maranhão, que por volta de 1817, quando a produção de açúcar atingia seu apogeu na Bahia e Pernambuco, já exportava importância de valor equivalente em algodão (NASCIMENTO, 2019, p. 73).

O autor Clóvis Moura foi brilhante e classificou o que vivenciávamos aqui como “Liberalismo Escravista”. Importante destacar que os ideais iluministas entraram em desacordo com os ideais da elite parasitária brasileira que via os escravizados como mercadoria numa não humanidade. Ressaltando que não se separa corpo da mão de obra é neste contexto que o escravizado tem seu corpo num não pertencimento de si e será a classe senhorial que decidirá sobre sua própria matéria, podendo até mesmo exterminá-la a seu bel prazer. Aqui firma-se a mais alta desumanização dos corpos negros e, devido a isto, como pensar nos direitos naturais dos homens? Que homens que acessam estes direitos? O conflito ideológico está posto e a discussão levantada é a relação dada por colocar esses direitos acima dos interesses econômicos da classe senhorial. Ao se pensar na liberdade dos negros era se confrontar com a ideia de “ferir” o direito à propriedade



dos senhores de terra, já que os mesmos viam os negros como não donos dos seus corpos; como parte de uma não humanidade. Conforme nos coloca Clóvis Moura:

O liberalismo escravista, que marcou como ideologia quase todos os movimentos de mudança social quer no Brasil-Colônia, quer no Império, declarava-se defensor da escravidão, apesar das restrições de ordem filosófica que fazia contra o conteúdo moral da sua existência. Ao defender o direito de propriedade de um ser humano sobre o outro, automaticamente excluía a classe escrava do direito à cidadania (MOURA, 1992, p. 48).

Com muita luta e resistência dos não brancos a crise do modo de produção escravista chega no seu ápice e a elite se depara com duas formas de Abolição, eles se viam pressionados por parte da organização dos negros nos quilombos, enxergavam como um fator prejudicial aos seus interesses. Assim o Trono oferece um acordo para que se mantivessem os privilégios da nossa elite oligárquica por medo da perda de terras senhoriais, pensam na substituição da mão de obra escravizada pela do imigrante branco de modo que fortaleceria o ideal de branqueamento da nação e a manutenção da terra nas mãos dos senhores. No dia 13 de maio de 1888 foi assinada a Lei Áurea e abolida a escravatura, foi um momento de festejo do povo negro devido à liberdade e a ideia de alcançar a cidadania. Mas os negros agora libertos se viram ocupando as periferias das moradias e do trabalho livre, o racismo se modifica no país e cria diversos mecanismos para manutenção do negro à margem da sociedade. É neste cenário de implantação do nosso capitalismo periférico que o negro se vê cada vez mais marginalizado. Abdias Nascimento nos diz sobre a Abolição realizada pelo “alto”:

Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de trezentos milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos e para o benefício dos brancos (NASCIMENTO, 2019, p. 87).

Não podemos deixar de ressaltar que com os povos originários não foi diferente. Seus corpos foram igualmente alvo de teorias racistas enquadrando-os como um povo que “trocou” sua terra por espelhos, na ideia da classificação de



“índio”. Durante o século XIX, a intelectualidade do país consagrou no imaginário a figura do “Índio” romantizado que vivia somente na mata. Um dos maiores expoentes da romantização do índio foi a obra de José de Alencar, *IRACEMA* (1879). Os brancos classificaram os povos originários como uma “raça vermelha”, enquadrando-os em processos históricos, sociais e políticos como se fossem homogêneos, ignorando as singularidades de suas línguas, tradições, economia, suas crenças. A forma de olhar do colonizador foi baseada no menosprezo da riqueza dos povos que aqui já habitavam num primeiro momento. Mas no final do século XIX o indígena subiu a um patamar no qual o negro jamais esteve, ou seja, na escala evolutiva. Conforme Botelho (2013) nos diz que os povos originários seriam enquadrados na concepção comum da minoridade. Cita as palavras de Juan Ginés de Sepúlveda:

um filósofo que debateu exaustivamente com Las Casas sobre a escravidão indígena, os índios são — bárbaros, simples, iletrados e sem educação, bestas totalmente incapazes de aprender nada que não sejam habilidades mecânicas, cheios de vício, cruéis e de tal índole que é aconselhável que sejam governados por outros (BOTELHO, 2013, p. 13 apud WALLERSTEIN, 2007, p. 19).

Nas palavras do autor, os indígenas são colocados à infância selvagem e os negros à inferioridade bárbara. Não precisamos nem pensar demais para ver quem ocupava o último estágio de acordo com a escala evolutiva do racismo científico da época: o negro (GOULD, 2003).

No país buscou-se a afirmação da harmonia destes personagens no branqueamento, sobretudo a partir do fim do século XIX, através do processo de miscigenação antigo e fruto de diversas relações como o estupro (Época Colonial) e mais tarde pelo casamento interracial, e, neste cenário emergem aqueles que transitarão entre o que foi denominado pardo, mestiço ou mulato. Porém, nenhuma harmonia havia a ser demonstrado historicamente e nem muito menos na contemporaneidade, pois se mantinham cativos ou hoje os mantêm ainda alvos do racismo. A gota de sangue branco não os isenta, apenas os mantém com algumas vantagens em determinados espaços orquestrada pelas decisões daqueles que possuem o privilégio branco. Complementando essa ideologia, surge o “mito da



democracia racial” que aparece como a forma dos brancos fugirem do debate acerca da questão dos não-brancos e se isentarem de todo sangue derramado e problemas posteriores à abolição da escravatura. Firmado na sociologia de Gilberto Freyre que desenvolveu a ideia de um traço patologizado enquadrando como bom escravo e bom índio, como estes fossem pacíficos e inertes, na contemporaneidade se mantêm este entendimento da população não branca. Conforme o autor Clóvis Moura nos diz “Toda obra de Gilberto Freyre é uma exaltação à escravidão, aos seus valores, ao senhor-de-engenho e uma glorificação do escravo passivo, dócil, masoquista” (MOURA, 1977, p. 74). Complementando, nos diz QUIJANO “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes de América (...) A formação das relações sociais fundadas nesta ideia (raça) produziu em América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2000, p. 246).

O pós-abolição, no desenvolver do Capitalismo periférico, foi reforçando o discurso da nossa elite parasitária, os mesmos afirmavam que os escravizados agora livres não eram qualificados para o novo modo de produção, os mesmos não estavam aptos para o trabalho livre, e assim eram consolidadas as ideias racistas. Contudo, o que sabemos que o Brasil tinha cor e majoritariamente era não-branca, isto incomodava a elite que buscava alternativas para embranquecer o país, pois acreditavam que somente assim o país evoluiria. Através de teorias eugenistas – Teoria criada por Francis Galton, que era primo de Darwin – utilizando através da distorção das teorias darwinistas, trazia a afirmativa que seria possível pelo poder da hereditariedade ter seres humanos melhores através de um programa de reprodução e esterilização, numa seleção dos mais aptos e, obviamente corpos brancos. Ainda que não se tenha documentos encontrados em território nacional sobre um programa de esterilização, era um movimento mundial de melhoria da raça em que cada local teve sua especificidade, aqueles cujos genes eram defeituosos não teriam o direito à escolha de ter filhos. Os eugenistas eram pessoas brancas e de classe média e conseqüentemente os que seriam majoritariamente esterilizados não faziam parte deste grupo. Também havia uma vertente da eugenia denominada preventiva que consistia na forma de evitar que a população contraísse doenças.





Considerava-se que certas doenças ou vícios que debilitaram a sociedade estavam ligados a uma raça e por isso tinham um programa social para erradicação dos ditos venenos sociais. No Brasil, havia um misto destas três categorias da Eugenia: a positiva, a negativa e a preventiva. Conforme nos diz a autora ALMEIDA (2017) acerca da raça:

A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica. Com esse sistema de supremacia racial um ideal de branqueamento ganha centralidade e que carrega em seu bojo representações negativas sobre a população negra. Animalização, bestialização e irracionalidade são alguns dos estereótipos evocados para caracterizar a inferioridade da população negra. A branquitude, por seu turno, servirá de parâmetro distintivo universal (ALMEIDA, 2017, p. 38).

Conforme acompanhamos na formação do Brasil estas características aqui apresentadas irão acompanhar os demais períodos históricos. O Brasil com suas raízes profundas no escravismo irá influenciar a forma de como as cidades reforçam o imaginário colonial com espaços territoriais delimitados e segregados.

### **3. CIDADES E MODERNIDADE**

Nos anos de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foram incentivados ainda mais as políticas imigratórias. O Estado brasileiro inicia a importação da mão de obra de imigrantes brancos com a justificativa de que era a mão de obra mais qualificada, mas não era uma verdade. Aqui se inicia a ideologia do branqueamento do país com sua fundamentação eugênica. Neste período, a economia brasileira passava por uma transição rompendo com seu caráter apenas de agroexportador para iniciar o processo da industrialização e, conseqüentemente também, de urbanização. Aqui se inicia a construção de indústrias e investimento em obras de infraestrutura. O governo ditatorial de Vargas investe nas categorias profissionais que irão impulsionar o crescimento econômico, sempre de acordo com os interesses do Estado. Este período também é marcado pelo êxodo rural, caracterizado pela migração das pessoas das zonas rurais para as cidades num movimento migratório muitas vezes involuntário devido à opressão dos latifundiários



que pressionavam sua saída das terras. Importante ressaltar que ainda existem aqueles que até na contemporaneidade resistem e reivindicam a ancestralidade da terra, como os quilombolas e os povos originários e nas cidades os moradores de favelas e periferias se mantêm firmes sob constante ameaças nesse processo de expropriação. Conforme nos diz OLIVEIRA:

O processo de expropriação ocorre quando uma parte ou a totalidade da população é submetida a migração forçada para periferia, locais insalubres, outras favelas e/ou locais de baixa infraestrutura social, isto é, a perda da alma exterior. Quando estes ainda não foram retirados estão em permanente estado de ameaça de despejo (OLIVEIRA, 2021, p. 11).

Este período de desenvolvimento das cidades é demonstrado o reforço ainda do imaginário colonial e são impostas regras para uso dos espaços públicos da cidade que culpabilizam os grupos da distribuição precarizada e desigual dos territórios. Estes grupos eram postos na tentativa de se encaixar nesse novo universo vivenciado no país pertencente do capitalismo periférico. A contradição destes territórios emerge com o fortalecimento da ideia do branqueamento desses espaços. Os negros, antes escravizados e agora livres, ocupavam os piores locais de moradia, a princípio nos cortiços e mais tarde nas favelas, ou seja, foi através do trabalho livre, do investimento na industrialização e a chegada deste novo modo de produção que as cidades são geradas e demonstram as desigualdades das relações sociais. A terra é transformada em propriedade privada, morar como necessidade básica torna-se inacessível e como forma de resistência os espaços são ocupados seja em terras nos espaços rurais como os quilombolas e os povos originários ocupam, ou nas favelas. Aqui se ressalta a ideia da terra nas relações de pertencimento destes povos e sua luta pela reivindicação da ancestralidade destes espaços. Segundo nos diz FARAGE: “A cidade, ao se constituir de distintos territórios, passa a evidenciar a conformação desigual do espaço urbano, que se expressa não na geografia natural dos territórios, mas em suas intervenções sociais e urbanísticas” (FARAGE, 2014).

As cidades também irão demonstrar o seu branqueamento e gentrificação. Ao dirigir o seu olhar de forma sensível a elas, qualquer um poderá



enxergar as segregações urbanas e as desigualdades que aqui emergem, tanto nas expulsões das terras rurais e remoções de localidades urbanas valorizadas, nessa geografia do não existente, que num jogo de omissão se posiciona como se vida não houvesse. Mas o que a geografia real nos demonstra é que historicamente estes espaços ocupados por moradores tradicionais, quando o Estado não consegue com as remoções e expulsões, propõe a construção de muros invisíveis que separam e tentam enquadrar, tentando os pôr no seu lugar, limitando aos seus moradores até onde deve ir ou não num espaço territorial orquestrado na política de “in-segurança”. Ou propõe os muros reais que possibilitam o encarceramento desta população como, por exemplo, a criação do sistema prisional demonstrado no encarceramento em massa.

Os muros são reais, vide o caso do muro de acrílico levantado numa das importantes vias expressas do Rio de Janeiro, a Linha Vermelha, em 2007, ano dos Jogos Pan Americanos do Rio. Foram construídas barreiras de acrílico entre a Via Expressa e as Comunidades do Complexo da Maré e do Cajú, o pretexto utilizado teria sido que aquilo se tratava de uma barreira sonora para os moradores das comunidades (conforme figura I). Peculiar é saber que aquela via é o acesso ao Aeroporto Internacional Galeão, logo mostrar aos visitantes ‘a real face do Brasil, e do Rio’ não parece ser um cartão de visitas convidativo.

Imagem I :



Muro de  
acrílico,



como a expressão da segregação espacial. “Do outro Lado do muro”. O Globo,31-07-2016.

O que as cidades irão demonstrar é que são regidas pela necropolítica e o Estado escolhe quem deve ou não viver; quem deve ou não perder a sua liberdade. Conforme nos diz OLIVEIRA:

Este contexto de acirramento de conflitos raciais restitui situações coloniais (FANON,2008) que imprime os negros como ladinos (aqueles que aprenderam o seu lugar na estrutura espacial racista) e os boçais (os que não sabem, mas irão aprender – por bem ou por mal – o seu lugar na estrutura racista). A gênese dessas ideias estão no contexto colonial e tiveram como os seus principais formuladores a filosofia de Kant e Hegel. Kant afirmava que os negros só poderiam ser educados como os servos ou escravos. Para isso, era aconselhável o castigo físico mais violento, pois a sua grossa camada de pele, os tornaria mais resistentes as chibatadas (KANT apud WASH,2004). Logo crueldade não se aplica aos negros, pois como afirmava Hegel, não são humanos (idem). O necropoder emerge, pois algumas populações, tidas como anormais e a raça ruim, devem morrer (MBEMBE,2006), especialmente no trânsito por espaços de hegemonia racial (OLIVEIRA, 2021, p. 2).

Como o autor MBEMBE nos diz: “o Estado se comprometeria a ‘civilizar’ os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao próprio ato de matar” (MBEMBE, 2019).

Como seria para um corpo não-branco transitar nos territórios? Pensar nesses corpos pelas vielas das grandes metrópoles sempre vistos como um incômodo para nosso ideal de sociedade. Quando remeto a favela como ancestralidade da terra é para trazer à memória a retirada dos antepassados através da diáspora africana e aqui se faz presente uma nova forma de resistência, desde o quilombo que foi a forma de resistir à opressão colonial, até o novo quilombamento nas organizações nas favelas. Afinal os habitantes das favelas são vistos como “classes perigosas” (CHALOUB, 2017).

Apesar de o senso comum remeter a favela como aglomerado de pessoas sem as mínimas condições de articulação, quem foi e é favelado não é bem assim. Ou quem teve a sensibilidade para saber que este projeto histórico de dizimação dos corpos não-brancos teria tido êxito se a organização em quilombos não existisse, foi a articulação e organização histórica desses povos que se mantém



até os dias de hoje que assegura a continuidade desta luta historicamente marcada pela contradição destes espaços.

Há quem pense que no quilombo somente existiam africanos escravizados, porém sabemos que também havia a presença dos povos originários e brancos pobres. Eram diversos levantes de insurreições e revoltas que poderiam ser vistas em qualquer lugar do Brasil. Mas a historicidade fica restringida ao quilombo dos Palmares alegando que o quilombo não poderia ser visto como uma forma de levante revolucionário para transformação de um sistema e mantendo no ideal dos ditos heróis brancos, orquestrado sempre por projetos brancos de resistência. O que sabemos é que a organização em quilombo ocorreu nos países que houve escravidão com outros nomes como: cimarrones, marroons ou palenques, no enfrentamento de outros colonizadores brancos como os franceses, ingleses e holandeses e não ocorreu somente no Brasil. Se o corpo não-branco fosse construído como figura de resistência e não este perfil mentiroso que o coloca como vagabundo e descendente de escravo (aqui coloco este termo para focar na ideia racista de que o africano escravizado queria ter esta condição ou se manteve nela devido sua docilidade, outra falácia!) e nos povos originários como uma figura caricata que “trocou” a terra por um espelho e depois se manteve escravizado, pois era um povo incapaz de resistir. A história nos mantém presos ao ideal branco de força e poder deste corpo que transita nas ruas e vielas; e têm os nomes de seus “heróis” assassinos como destaque, dos supostos heróis brasileiros brancos que em suas mãos há sangue. Na figura da princesa Isabel que nada sabia daqueles que a servia anos e anos durante o período escravista que num relance acordou e se deu conta que havia um modo de produção escravista. Esta figura santificada e endeusada dos livros posta como heroína e enquanto os heróis reais da nossa formação da resistência são ocultados e caricatos. Assim, segue-se o apagamento histórico da resistência dos indígenas e africanos. O direito à cidade fica restrito àqueles que para colonialidade pode ser denominado cidadão. Esta cidadania tem cor e ela é branca.

#### **4. A CIDADE ME PERTENCE? MEU CORPO COMO ALVO**



Ao longo da história podemos perceber que a figura dos não-brancos foi projetada como não pertencente à terra que aqui habitavam. Estes corpos tiveram que carregar um estigma de vagabundos e vadios, em que ainda hoje persiste no ideal colonial das cidades. Um corpo não pertencente ao espaço em que o projeto histórico se perpetua não no branqueamento através de casamento interracial, mas sim através da dizimação desses povos com o que o autor Mbembe denomina de Necropolítica. Por muitas vezes o senso comum projeta que estes corpos não são capazes de organização e manutenção de suas vidas nos territórios, mas o que podemos perceber é que, se na contemporaneidade se mantêm vivos é devido à organização e resistência histórica da sua ancestralidade. Vivemos um quilombamento contemporâneo no qual os não-brancos resistem na zona rural e urbana conforme historicamente os que vieram antes resistiram. Ao pensar nestes territórios se mantêm o que Engels nos diz “É quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, o matrimônio começou a depender inteiramente de considerações econômicas” (ENGELS, 2019, p. 24).

Importante ressaltar que os povos originários e africanos vivenciaram historicamente uma outra formação e relação com a terra, a mesma não era vista como propriedade privada, as relações sociais nessas comunidades não havia papel feminino ou masculino, mulheres eram líderes e na relação com o trabalho não havia divisão sexual, os filhos não eram propriedade e nem responsabilidade do casal, mas de toda comunidade. Estes povos nos ensinaram o que é viver em sociedade e como manter a relação com a terra, não como propriedade privada, mas como parte do coletivo. O que podemos entender é que os não-brancos vivenciaram a socialização da riqueza produzida na terra. O senso comum ainda reforça a ideia de que na favela e demais territórios não têm organização e nem muito menos os valores que foram sufocados pelos ideais capitalistas, mas a quem possa ter o olhar de um pesquisador sensível a este objeto ou até mesmo vivenciar seu corpo



transitando nesses espaços vai compreender que o Estado os quer dizimados, mas a resistência histórica e a luta pela ancestralidade da terra os mantêm de pé.

Gostaria de demonstrar que historicamente este corpo não-branco é visto como alvo e que o Estado busca sua dizimação. Da terra são constantemente forçados a sair, a polícia como aparato estatal emerge para esta função e a cada dia vem aperfeiçoando suas formas de dizimar esses corpos. Como por exemplo, a forma como tem aumentado o índice de mortalidade da população negra e indígena no Brasil, suas lideranças sendo alvo nos territórios rurais e nas cidades, os corpos em constante ameaça, não é por acaso, isto é um projeto.

A forma como o Estado aperfeiçoa a máquina de matar demonstra como o direito à cidade é retirado da população não-branca. Citarei alguns exemplos da mudança na forma de dizimar esses corpos iniciando pela Chacina da Candelária. No dia 23 de julho de 1993, três anos após a regulamentação da Lei Federal nº 8.069/1990, popularmente conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a execução de crianças e adolescentes que estavam em situação de rua cuja a execução foi orquestrada por policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Teve visibilidade internacional e dividiu opiniões na sociedade que banaliza as mortes, sob uma chuva de argumentos racistas e higienistas.

Reflexo deste ocorrido foi o sequestro do ônibus 174 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em que Sandro Barbosa do Nascimento, conhecido como “Alê” da Candelária, sobrevivente da chacina da candelária em 1993, tornou-se conhecido sete anos mais tarde devido o sequestro desta linha de ônibus. Depois de horas de negociação, o mesmo foi conduzido à viatura da polícia militar com vida e foi brutalmente morto através da asfixia ao ser “levado” à delegacia. Os policiais envolvidos no caso foram levados a julgamento e declarados inocentes. Como seria visto este corpo que desde sua infância já era um alvo? A declaração de inocência destes policiais somente demonstra que o Estado se compromete a aperfeiçoar os seus modos de matar. A frase que marcou este período foi a fala de Sandro lembrando a chacina na Candelária. Ele demonstrava que queria dar visibilidade a sua dor e gritava: “Aí, parceiro: pode me filmar legal. Se liga só: eu estava na



Candelária, o bagulho é sério, mataram os irmãozinhos na maior 'judaria'. Então eu não tenho mais nada a perder, não, irmão!”, dizia Sandro Barbosa do Nascimento. Reflexo de uma sociedade que enquadra os corpos negros como alvos e asseguram apenas a infância branca.

Ainda na cidade do Rio de Janeiro, outro caso de sequestro na ponte Rio-Niterói, no ano de 2019, quando William Augusto da Silva, de 20 anos, manteve por quatro horas, trinta e nove passageiros. Quando se entregou à polícia, um *sniper* efetuou seis tiros em William sendo tudo televisionado simultaneamente para a rede aberta de televisão, mesmo sabendo que a família do mesmo encontrava-se na ponte a caminho de William para negociação, o mesmo foi alvo de inúmeros disparos. O governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson José Witzel, faz um pouso de helicóptero na ponte e comemora a morte como fosse o fim de um campeonato de futebol. Num relato numa rede social a irmã do sequestrador desabafa “Meu irmão? Não era bandido! Não era ladrão! Meu irmão não era nada disso. Sabe quem era meu irmão? Um garoto incrível e inteligente, tinha força de vontade (...) As pessoas que estão te julgando, falando asneiras sem te conhecer são desumanas (...) Sei que você deixou a doença te vencer. É triste? Sim muito, sei que nos últimos meses você estava sofrendo muito, mas nunca deixou de nos amar, cuidar, e fazer suas piadas”.

No dia 06 de maio de 2021, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu mais uma chacina que ficou conhecida como “chacina do Jacarezinho”, nome da comunidade em que ocorreu a operação policial. Este fato levou à morte de 25 pessoas. O que destaca no portal do “G1”<sup>2</sup> é a narrativa da polícia: “A polícia diz que 24 mortos são suspeitos, mas não deu detalhes sobre quem eles são e o que faziam ao serem baleados. A 25ª vítima é o policial civil André Frias, atingido na cabeça”. Destaque também para operação ocorrida na Pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), mesmo após um ano que o Supremo Tribunal Federal proibiu operações durante este período de isolamento social. Segue as

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>





informações do G1<sup>3</sup> "Na liminar, Edson Fachin só autoriza operações em 'hipóteses absolutamente excepcionais', com justificativa ao MP por escrito. O Governo diz que ainda não foi notificado, mas que vai cumprir." Os moradores da comunidade informaram que casas foram invadidas, celulares apreendidos e teriam mais mortes do que foi anunciado.

Conforme nos diz MOURA:

Acostumado como comportamento rotineiro da subalternidade, ele se adapta, acomoda-se, procurando, dentro das constelações fechadas de atitudes e reações (comportamento subalterno, excesso de etiqueta, conformismo com seu destino) não entra em choque com as barreiras que o separam da sociedade branca. Isso passa a ser natural. Criam normas justificatórias do seu estado de carência e desintegração social quase absoluto. Estendem este comportamento anômico a quase todas as situações as quais têm que se enfrentar. Somente quando um fato inesperado e violento os obriga a tomar atitudes divergentes daquela unidade de comportamento tradicional e rotineira eles reagem de quatro formas principais: através de uma subalternidade ainda mais acentuada, através da ambiguidade, através da agressão ou da ansiedade (MOURA, 1994, p. 212).

Os três casos levantam debates de como estes corpos que historicamente são alvos terminam alvejados desde sua saúde mental até o máximo do desespero da barbárie pelo olhar da sociedade e do Estado, que os animaliza todos os dias e os projeta numa constante luta nessas contradições territoriais, sem acesso aos meios de subsistência orquestrada numa política de "in-segurança" pública e acabam por terminar com seus corpos dizimados. O Estado aperfeiçoou sua forma de matar, atualmente os corpos podem sangrar não nos becos e vielas do anonimato, mas ao vivo para todo Brasil e demais países numa festa da barbárie, seis tiros disparados e comemorados. Ao se pensar na criminalidade fico com as palavras de MOURA:

A própria criminalidade do negro, já apontada tantas vezes e estatisticamente demonstrada na área do crime da pobreza, nasce – fundamentalmente – da situação – socioeconômica na qual ele se encontra

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-du-rante-a-pandemia.ghtml#:~:text=O%20ministro%20Edson%20Fachin%2C%20do%20Supremo%20Tribunal%20Federal,responsabiliza%20o%20civil%20e%20criminal%20em%20caso%20de%20descumprimento.>



na sociedade abrangente (discriminatória), mas, também estipulada pela necessidade de destruir o tampão compressor que o oprime econômica, cultural, psicologicamente através da série de valores brancos (MOURA, 1994, p. 213).

Prosseguindo nos demais casos, o que falar de corpos de crianças alvejados à bala? Que justificativa se tem quando ouvimos notícias como estas? Ainda nos casos da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2018, Marco Vinícius da Silva de quatorze anos foi alvejado no Complexo da Maré durante uma operação policial, o mesmo se dirigia a escola e foi atingido pelas costas por um blindado da polícia militar a poucos metros de casa, sua mãe Bruna ainda o encontrou com vida e o mesmo a indagou “mãe, eles não viram o uniforme?”. No ano seguinte, 2019, até o final de novembro, foi realizado um levantamento de casos de mortes de crianças por bala perdida e foi constatado que teria ocorrido mais de dez casos com vítimas fatais e todas seguem sem respostas para os crimes, como as vítimas: Jenifer Gomes de onze anos, Kauan Peixoto de doze anos, Kauã Rozário de doze anos, Agatha Félix de oito anos, Ketelen Gomes de cinco anos. Os crimes seguem sem respostas. Não importa a condição de sua conduta, não importa “seu uniforme escolar”, mas a bala perdida encontra sempre um corpo não branco para dizimar.

Na conjuntura atual, vivenciamos retrocessos no cenário político, econômico e social, estes casos nos demonstram o aperfeiçoamento da máquina da morte que o Estado oferece aos corpos não-brancos, num discurso que “bandido bom é bandido morto”, o que verificamos é que historicamente os corpos que sangram têm cor. Denunciamos aqui o racismo estrutural e como isto tem refletido na vida da população negra. Não há espaço territorial livre da barbárie do Estado, é a necropolítica que grita.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. In: Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929>.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.



BEZERRA, Tatiane de Menezes. Os olhos do Estado: do Cabral ao Capitalismo periférico. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202644>

BOTELHO, Maurilio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. ESPAÇO E CULTURA, in: UERJ, RJ, N. 34, P.195-230, JUL./DEZ. DE 2013 Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

ENGELS, A Origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARAGE, Eblin. Experiências profissiôn: ABRAMIDES, Maria Beatriz;

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. Cap. 5. p. 245-277. nais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos.

GOULD, Stephan Jay. “A Falsa Medida do Homem”. Ed Martins e Fontes, São Paulo. 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3ª reimpressão. São Paulo. Editora n-1 edições, 2019.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do negro. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. O negro de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro. Editora: Conquista, 1977.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista. 3ª edição, revista. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Gestão racista e necropolítica do espaço urabmo: Apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. Anais do Copene Sudeste, 2015. Disponível em <https://uerj.academia.edu/DenilsonAraujodeOliveira>. Acessado em 25 de outubro de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In:

LANDER, E. (comp.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. CLASCO, Buenos Aires, Argentina.  
Chalhoub, Sidney Cidade febril : cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub. — 2a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



Relato de Sandro – Disponível em  
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/sequestro-do-onibus-174-faz-15-anos-testemunhas-relembra-drama.html>

Relato de Thayná – Disponível em  
<https://extra.globo.com/casos-de-policia/irma-de-sequestrador-de-onibus-na-ponte-ri-o-niteroi-critica-julgamentos-nao-era-bandido-23899144.html>

Relato de Marco Vínicus – Disponível em  
<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/mae-de-aluno-morto-diz-dormir-com-frase-eles-nao-viram-o-uniforme-27062018>